



PM/CBM-BA
500 questões gabaritadas
Curso de Formação de Oficiais-CFO

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	34

LÍNGUA INGLESA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	41

MATEMÁTICA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	21

INFORMÁTICA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	20

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	16

DIREITOS HUMANOS

QUESTÕES.....	1
GABARITO	15

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	16

SUMÁRIO



DIREITO PENAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	14

DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	14

DIREITO PENAL MILITAR

QUESTÕES.....	1
GABARITO	16

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

QUESTÕES.....	1
GABARITO	17

**1. (2024)**

Mal nos limpamos da areia contrabandeada do Réveillon, e o ano já chega repleto de propostas de trabalho, estudo, esporte e lazer. Energias renovadas e um certo erro de cálculo nos fazem crer que as promessas assumidas hoje encontrarão a mesma pessoa para pagá-las amanhã.

Agenda cheia é a marca da pessoa produtiva e plena de energia, ou seja, eternamente jovem e bem-sucedida. Não é o caso da mão de obra em uma grande cidade, cujo deslocamento para o emprego ocupa grande parte do dia, da paciência e da saúde. Essa sonha com tempo livre do qual não pode dispor, pois seu sustento está sob ameaça perene.

Acostumada a receber convites para dar palestras em diferentes instituições e sem poder ir a todas, me surpreendi com uma resposta específica a uma negativa minha. **A pessoa queria entender a razão pela qual eu não poderia atender a solicitação dela** que, afinal, ocorreria à noite, só se estenderia por duas horas e era perto da minha casa. Para me justificar, desfie o rosário dos compromissos que assumi logo nos primeiros dias do ano: consultório, aulas, grupos de estudo, livro, coordenação de um instituto. A petulância diante do meu “não” seria só uma anedota, se não me tivesse percebido tão irritada. Daí, claro, já não se trata da falta de sensibilidade do anfitrião, a quem respondi educadamente, mas de um incômodo comigo mesma.

Meu mal-estar decorria do fato de eu cobrar de mim aceitar um evento à noite, que só dura duas horas e é perto da minha casa. Minha resposta apresentando os compromissos previamente assumidos era para aplacar a fúria de alguém que se espelha em um fazer sem descanso. Daí que, se quisermos rever uma produtividade que começa logo ao abrir os olhos com o uso do celular, teremos que dizer “não” para nós mesmos antes de tudo.

(Vera Iaconelli. A arte de dizer não para si. www1.folha.uol.com.br, 29.01.2024. Adaptado

No trecho “A pessoa queria entender **a razão pela qual** eu não poderia atender a solicitação dela...”, a expressão destacada pode ser substituída, sem prejuízo do sentido e da correção gramatical do trecho, por:

- (A) o porque de
- (B) o por que que
- (C) por que
- (D) porque
- (E) porquê

2. (2024)

Leia o texto para responder a questão.

Há cinquenta anos, o homem desceu na Lua. Eu assisti pela televisão. Foi mais difícil conseguir a imagem em Louveira do que a NASA alunar o módulo e permitir que o astronauta norte-americano, Neil Armstrong, descesse no satélite da Terra.

Em julho daquele ano, estávamos de férias na fazenda de Louveira, e a cidade não era famosa pela imagem captada pelos televisores da época, máquinas com telas pequenas, que transmitiam em branco e preto, invariavelmente com fantasmas e chuviscos distorcendo a imagem.

Como o nome diz, fantasmas eram sombras das imagens e eles podiam ser tão fortes que impediam de ver a cena ou confundir o que os personagens estavam fazendo. Não eram uma exclusividade de Louveira. A imagem da TV na nossa casa em São Paulo também era trágica, mas, em julho de 1969, o problema tinha que ser solucionado, sob risco de não vermos o homem descer na Lua porque a imagem na televisão da fazenda era um borrão.

**1. (2024)**

Leia o seguinte texto, em inglês, para responder a questão.

Bus Interface Unit (BIU)

The BIU contains a prefetch queue, a bus controller, segment registers, and the instructions pointer (IP). The main purpose of the BIU are to keep the prefetch queue filled with instructions, to generate and accept the system control signals, to provide the system with a memory address or input/ output (I/O) port number, and to act as a window between the EU and memory for data.

The BIU ensures that the queue is filled with instructions by fetching the next single byte of an instruction if the 8088 queue has space, and two bytes if the 8086 queue has space. Prefetching allows the execution unit to obtain the next instruction directly from the BIU instead of the memory as required by older, 8-bit microprocessors. Because the next instruction is already inside of the 8086/8088 when execution is imminent, the microprocessor executes software at a much higher speed than if every instruction were fetched directly from the memory.

(The Intel Microprocessors, Barry B. Brey, Maxwell MacMillan International Editions, 1991, pg. 4.)

De acordo com o texto, o microprocessador 8086/8088 executa programas mais rapidamente, pois

- (A) as próximas instruções requeridas já estão dentro do processador.
- (B) as instruções possuem todas o mesmo tamanho.
- (C) as instruções são buscadas diretamente na memória no momento da execução.
- (D) todas as instruções são executadas em um único ciclo de clock.
- (E) não existe uma fila de instruções previamente lidas da memória.

2. (2024)

Examine o meme publicado pelo perfil “ancientcringe” no Instagram em 02.07.2023. O meme foi criado a partir da pintura intitulada “Sentence of death” (1908), do artista inglês John Collier (1850-1934), na qual um médico comunica a seu paciente uma notícia desagradável.





Matemática

1. (2024)

Utilize as informações a seguir para responder.

A tabela identifica a distribuição do número de colaboradores de uma instituição pelos respectivos salários que recebem:

Distribuição dos colaboradores pelos seus respectivos salários

Salário Recebido	Número de colaboradores
R\$ 1.800,00	20
R\$ 2.100,00	15
R\$ 2.500,00	10
R\$ 3.000,00	5

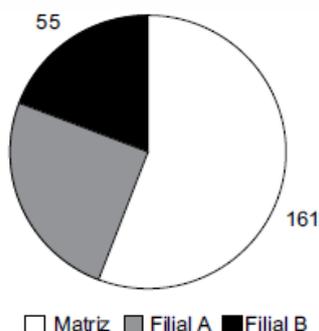
Com relação ao número total de colaboradores da instituição, os que recebem salários abaixo de R\$ 2.500,00 correspondem a

- (A) 80%.
- (B) 70%.
- (C) 90%.
- (D) 35%.
- (E) 45%.

2. (2024)

O gráfico a seguir representa a distribuição do número total de colaboradores de uma empresa, pela matriz e suas duas filiais, mas apresenta defeito na impressão do número de colaboradores que atuam na Filial A.

Distribuição do número total de colaboradores



**1. (2024)**

Dois tipos de dispositivo de armazenamento que usam princípios diferentes para o armazenamento são: _____ que usa _____ e que usa _____.

Assinale a alternativa que preenche, **correta** e respectivamente, as lacunas do enunciado.

- (A) SSD ... pendrive ... HDD ... dispositivo óptico
- (B) HDD ... disco magnético ... SSD ... memória flash
- (C) CD ... dispositivo óptico ... SSD ... disco magnético
- (D) pendrive ... memória flash ... HDD ... SSD
- (E) pendrive ... memória flash ... Fita DAT ... dispositivo óptico

2. (2024)

Um técnico de informática está investigando um computador de um usuário, que tem Microsoft Windows 10, em sua configuração original, que não consegue abrir alguns aplicativos. Como parte das tarefas de manutenção de computadores, esse técnico decidiu executar dois comandos no prompt de comando do Windows. O primeiro, que pesquisa por setores defeituosos no disco rígido, e que pode estar ocasionalmente causando essa falha. Se o problema não for solucionado, o segundo comando irá reorganizar e otimizar os arquivos no disco rígido, desfragmentando o disco.

Assinale a alternativa com o nome desses comandos.

- (A) chkdsk, defrag
- (B) systeminfo, chkdsk
- (C) taskkill, defrag
- (D) chkdsk, format
- (E) taskkill, chkdsk

3. (2024)

Sobre memórias de microcomputadores, a(o) _____ encontra-se no primeiro conjunto de comandos executados ao ligar um computador, e está armazenada na memória .

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- (A) BIOS ... ROM
- (B) BOOT ... RAM
- (C) BIOS ... Cache
- (D) BOOT ... Cache
- (E) BIOS ... RAM

**1. (2023)**

A respeito dos princípios fundamentais da Constituição da República de 1988, assinale a alternativa **correta**.

- (A) O pluralismo político constitui um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.
- (B) Todo o poder emana do povo, que o exerce diretamente, por meio de representantes eleitos, ou indiretamente, por meio de plebiscito e referendo, nos termos da Constituição.
- (C) São Poderes da União, autônomos e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e Moderador.
- (D) A concessão de asilo político não é um dos princípios de relações internacionais da República Federativa do Brasil.
- (E) A República Federativa do Brasil buscará a integração étnica, política, tecnológica e cultural dos povos da América do Sul, visando à formação de uma comunidade sul-americana de povos.

2. (2024)

No tocante aos direitos e deveres individuais e coletivos, é correto afirmar que a Constituição Federal garante a

- (A) inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença, sendo dever do Estado incentivar o exercício dos cultos religiosos, bem como proteger os locais de culto e as suas liturgias.
- (B) criação de associações, independentemente de autorização, as quais somente poderão ter suas atividades suspensas por intermédio de decisão judicial, com trânsito em julgado.
- (C) livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, com a devida licença, e o acesso à informação, com resguardo do sigilo da fonte, se necessário ao exercício profissional.
- (D) gratuidade, aos reconhecidamente pobres, na forma da lei, do registro civil de nascimento e da certidão de óbito, bem como as ações de habeas corpus e habeas data.
- (E) livre manifestação do pensamento, com o devido anonimato, bem como o direito de resposta, proporcional ao agravo, além de indenização por dano material, moral ou à imagem.

3. (2023)

Considere que os moradores de um bairro pretendem criar uma associação com o objetivo de promover atividades educativas para as crianças em idade pré-escolar, bem como intermediar as reivindicações da população local perante os órgãos do poder executivo e legislativo. A respeito da criação e do funcionamento dessa associação, com base na Constituição Federal, é **correto** afirmar que

- (A) a associação também poderá ter a finalidade de promover a segurança do bairro e, assim, executar atividade paramilitar.
- (B) a criação da associação deverá ser precedida de autorização do Município, que poderá subsidiar o seu funcionamento.
- (C) caso seja expressamente autorizada, a associação terá legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.

**1. (2023)**

O artigo 12, da Declaração Universal dos direitos humanos, estipula que não sofrerá a interferência na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem ataque à sua honra e reputação:

- (A) as crianças e os adolescentes.
- (B) todo ser humano.
- (C) as famílias monoparentais femininas.
- (D) as pessoas idosas.
- (E) as pessoas com deficiência.

2. (2023)

Considerando o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis e o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em dezembro 1948, determina no Artigo 1 que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de

- (A) unidade.
- (B) competição.
- (C) cooperação.
- (D) subjetividade.
- (E) fraternidade.

3. (2023)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos marcou uma nova etapa do sistema de valores no âmbito internacional, situando no mesmo plano os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Assim é que o artigo 22 da Declaração faz expressa menção ao direito a que todo ser humano tem, como membro da sociedade, à segurança social, à realização pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento

- (A) comunitário.
- (B) de seu pensamento ético.
- (C) de seu arbítrio.
- (D) laboral.
- (E) da sua personalidade.

**1. (2024)**

A respeito da origem do Direito Administrativo, assinale a alternativa correta.

- (A) Para parte da doutrina, o Direito Administrativo foi construído a partir de uma participação ativa da jurisprudência do Conselho de Estado francês, derogatória do direito comum, o que geraria uma espécie de contradição entre a sua origem real e a ideia de subordinação do Poder Executivo à vontade geral, expressa pelo Poder Legislativo.
- (B) A descontinuidade das constituições, em contraste com a continuidade da burocracia, legitima que o Direito Administrativo seja formado por categorias, institutos, princípios e regras próprios, não sujeitos às mutações constitucionais.
- (C) É pacífico na doutrina que a origem do Direito Administrativo está associada ao desenvolvimento do Estado de Direito, o que significa dizer que os institutos do direito administrativo e os princípios definidores do seu regime jurídico foram previamente disciplinados por lei.
- (D) O desenvolvimento do contencioso administrativo e do processo administrativo, nos países que adotam o modelo de jurisdição administrativa, não serviu para imunizar as decisões do Poder Executivo e não se contraporia ao princípio da separação dos poderes.
- (E) O direito administrativo surge de forma concomitante nos sistemas romano-germânico e nos de origem anglo-saxões, pois em ambos há o compartilhamento de valores comuns da revolução francesa e a concepção de que o poder extroverso do Estado deve estar associado à execução do interesse público.

2. (2024)

“O feudalismo, construído sobre o princípio da autoridade, era incompatível com a subordinação do senhor feudal a um sistema jurídico de administração. Também nos Estados absolutos, em que a vontade do soberano era a última lei, não havia clima para a formação do Direito Administrativo. A administração não se submetia a regras e condições limitativas e flutuava ao sabor da conveniência política ou dos ditames pessoais da suprema autoridade do Estado. A juridicidade da administração pública é fruto do liberalismo político. Os direitos do homem geram os deveres do Estado. Nos regimes absolutos, o administrador — veículo da vontade do soberano — é, como êste, irresponsável. A administração é, apenas, uma técnica a serviço de privilégios de nascimento. O Estado de Direito, ao contrário submete o Poder ao domínio da Lei: a atividade arbitrária se transforma em atividade jurídica”.

(...)

(TÁCITO, Caio. *Evolução histórica do Direito Administrativo*. *Revista do Serviço Público*, ano 1955, v.66, n.03, p. 536-537)

Com relação à origem do Direito Administrativo, de acordo com a visão externada pelo autor referenciado, é correto afirmar que sua concepção

- (A) remonta-se ao período do regime escravagista, na medida em que o poder do senhorio estava ligado à necessidade de atribuir legitimidade às suas ações.
- (B) se opõe à ideia de regime absolutista, na medida em que a atribuição de direitos ao homem resultou na responsabilidade do Estado, limitando seu poder, razão pela qual se tem a conformação do Estado de Direito.
- (C) atravessa distintos períodos históricos, pois sua concepção varia de acordo com o regime de governo predominante, se absolutista, liberalista ou democrático.

**1. (2023)**

Figure a hipótese em que Caio está condenado por crime e, contra a sentença, interpôs recurso de apelação, ainda não julgado. Por sua vez, Tício fora condenado pelo mesmo crime, contudo, tendo em vista o trânsito em julgado da sentença condenatória, a pena já está sendo executada. Figure, ainda, que na pendência do recurso de apelação de Caio e durante a execução da pena de Tício, a conduta deixa de ser tipificada criminalmente. Nessa hipótese, é correto afirmar que

- (A) Caio e Tício terão a punibilidade extinta.
- (B) nenhum dos dois terá a punibilidade extinta.
- (C) Caio será absolvido, e Tício terá a punibilidade extinta.
- (D) apenas Caio terá a punibilidade extinta.
- (E) apenas Tício terá a punibilidade extinta.

2. (2023)

Determina o art. 12 do CP: “as regras gerais deste Código aplicam-se aos fatos incriminados por lei especial, se esta não dispuser de modo diverso”. Trata-se de norma que

- (A) prescreve a aplicação das regras do CP em situação de antinomia.
- (B) prescreve a aplicação do princípio da especialidade.
- (C) prescreve a aplicação do princípio da legalidade.
- (D) privilegia as regras do CP em detrimento da lei especial.
- (E) admite a interpretação analógica em situação de anomia.

3. (2023)

As regras gerais do Código Penal, nos termos de seu art. 12,

- (A) aplicam-se, apenas, aos fatos incriminados no Código Penal ou leis especiais que assim expressamente prevejam.
- (B) aplicam-se aos fatos incriminados por lei especial, se esta não dispuser de modo diverso.
- (C) não se aplicam a fatos incriminados por lei especial se a vigência do Código for posterior à da Lei.
- (D) não se aplicam a fatos incriminados por lei especial se a vigência do Código for anterior à da Lei.
- (E) tem primazia sobre as regras de lei especial, quando esta dispuser de modo diverso.

4. (2023)

Do princípio do *locus delicti commissi*, depreende-se que

- (A) por ficção, a lei penal considera como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras de natureza pública.
- (B) o estrangeiro pode alegar erro sobre a ilicitude do fato que, se inevitável, isenta de pena; se evitável,

**1. (2023)**

De acordo com o Código de Processo Penal, é **correto** afirmar:

- (A) A autoridade policial durante a elaboração do inquérito colherá informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência, além do nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.
- (B) Quando a infração deixar vestígios será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado.
- (C) São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais, salvo as provas derivadas das ilícitas, tendo em vista que em regra não há contaminação, ou seja, todas são independentes.
- (D) É permitido o uso de algemas em mulheres grávidas, sob custódia, durante os atos médico-hospitalares preparatórios para a realização do parto e durante o trabalho de parto, bem como em mulheres durante o período de puerpério imediato.
- (E) Não havendo autoridade no lugar em que se tiver efetuado a prisão, o preso deverá aguardar o deslocamento da autoridade no prazo de até 24 horas.

2. (2023)

A respeito da audiência de custódia, de acordo com as disposições constantes do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) É vetada a realização nas hipóteses de prisão em flagrante por crime hediondo.
- (B) Deve ser realizada no prazo máximo de até 24 horas da data do recebimento do auto de prisão em flagrante, sendo facultada a participação de advogado ou defensor público pelo acusado.
- (C) Em se tratando de prisão em flagrante por porte de arma de fogo de uso restrito, a liberdade provisória do acusado necessariamente será condicionada à imposição de uma ou mais medidas cautelares previstas no Código de Processo Penal.
- (D) Na audiência de custódia, o juiz aferirá a legalidade da prisão em flagrante, relaxando-a, em caso de ilegalidade ou, constatada a legalidade da prisão, convertendo-a em preventiva, presentes os requisitos legais, ou concedendo liberdade provisória, com ou sem fiança.

3. (2022)

Nos termos do Código de Processo Penal, é **correto** afirmar que

- (A) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- (B) em até 48 (quarenta e oito) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.
- (C) em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao Promotor de Justiça competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Procuradoria Geral do Estado.

**1. (2024)**

João, José e Carlos, militares do Exército Brasileiro, após receberem ordem legal de Petrônio, superior hierárquico, reuniram-se espontaneamente e, mediante o emprego de arma de fogo, negaram-se a cumpri-la.

Registre-se, que, no momento da recusa ao cumprimento da determinação, Márcio, militar subordinado a Petrônio, agindo com dolo e sem dispor de prévio conhecimento sobre os fatos, deixou de utilizar de todos os meios ao seu alcance para impedir o ato criminoso. Nesse cenário, considerando as disposições do Decreto-Lei nº 1.001/1969 (Código Penal Militar), assinale a afirmativa correta.

- (A) João, José e Carlos responderão pelo crime de motim. Por sua vez, Márcio praticou o delito de omissão de lealdade militar.
- (B) João, José e Carlos responderão pelo crime de conspiração. Por sua vez, Márcio praticou o delito de motim.
- (C) João, José e Carlos responderão pelo crime de revolta. Por sua vez, Márcio praticou o delito de omissão de lealdade militar.
- (D) João, José e Carlos responderão pelo crime de conspiração. Por sua vez, Márcio praticou o delito de revolta.
- (E) João, José e Carlos responderão pelo crime de motim. Por sua vez, Márcio praticou o delito de revolta.

2. (2024)

Riobaldo, sargento da Polícia Militar de um estado da região Sudeste, inconformado com o que entendia ser um volume excessivo de trabalho imposto pelo comandante do Batalhão no qual estava lotado, concertou-se com outros 25 militares da mesma unidade para paralisarem por um dia seu serviço de patrulhamento, exigindo do comandante-geral da corporação a exoneração do comandante do batalhão.

Para tanto, decidiram, quando da assunção do serviço, postarem-se sentados no chão, em frente ao portão principal da unidade, impedindo a entrada ou a saída das viaturas utilizadas no patrulhamento ostensivo. Visando a afirmar o caráter pacífico do movimento, Riobaldo e seus companheiros concordaram em estar desarmados e em trajes civis no momento do planejado protesto.

No dia marcado, ao se deparar com a ação de seus subordinados, o comandante do Batalhão, coronel Ramiro, em três oportunidades, dirigiu ordem direta aos policiais militares para que cessassem com o protesto e retomassem imediatamente seus afazeres, liberando a entrada principal da unidade. Tal determinação, no entanto, foi expressamente rechaçada pelos subordinados, afirmando que não liberariam a circulação das viaturas nem assumiriam suas funções normais naquele dia. Diante disso, o coronel Ramiro advertiu que iria mobilizar o restante de sua tropa, cerca de 90 homens, para retirar à força Riobaldo e seus colegas de farda. Ato contínuo, surpreendendo Riobaldo e os demais companheiros, o cabo Hermógenes, liderando mais 4 militares, exibiu para o comandante armas de fogo que, até então, traziam escondidas sob suas vestes, dando a entender que iriam resistir a qualquer medida de força por ventura determinada.

Diante do acima exposto, é correto afirmar, em relação à conduta dos militares que protestavam, que:

- (A) Riobaldo e seus companheiros praticaram o crime de conspiração, previsto no Art. 152 do Código Penal Militar, uma vez que se concertaram para a prática do crime de motim (Art. 149 do Código Penal Militar);
- (B) Riobaldo e todos os demais praticaram o crime de motim, na modalidade prevista no inciso I do Art. 149 do Código Penal Militar, uma vez que se negaram a cumprir uma ordem direta de seu superior hierárquico e não houve o efetivo emprego do armamento por parte daqueles que se encontravam armados;

**1. (2024)**

Luiz, sargento da Polícia Militar do Estado de São Paulo, agindo com dolo, deixou de apresentar-se no momento da partida da aeronave de que é tripulante.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal Militar, é correto afirmar que Luiz responderá pelo crime de

- (A) abandono de posto, com a incidência de uma causa de aumento de pena, pois a conduta foi praticada por sargento.
- (B) deserção especial, com a incidência de uma causa de aumento de pena, pois a conduta foi praticada por sargento.
- (C) deserção qualificada, pois a conduta foi praticada por sargento.
- (D) deserção especial, sem causas de aumento de pena.

2. (2023)

Analise as assertivas abaixo:

I. na mesma pena do crime de deserção incorre o militar que consegue exclusão do serviço ativo ou situação de inatividade, criando ou simulando incapacidade.

II. se a deserção ocorre em unidade estacionada em fronteira ou país estrangeiro, a pena será aplicada em dobro.

III. se o agente se apresenta voluntariamente dentro em 15 dias após a consumação do crime de deserção, a pena é diminuída de metade.

IV. no crime de deserção, embora decorrido o prazo da prescrição, esta só extingue a punibilidade quando o desertor atinge a idade de quarenta anos e, se oficial, a de sessenta.

De acordo com o que estabelece o Código Penal Militar sobre o crime de deserção, está correto o que se afirma **APENAS** em

- (A) **II** e **III**.
- (B) **I** e **IV**.
- (C) **I** e **II**.
- (D) **II** e **IV**.
- (E) **I** e **III**.

3. (2023)

Com base no Código Penal Militar (Decreto-Lei Nº 1.001, de 21 de outubro de 1969), considerando o crime de deserção, disposto no artigo 187 do Código Penal militar, identifique “V” para a(s) afirmação(ões) Verdadeira(s) e “F” para a(s) Falsa(s).

() Comete o crime de deserção o militar que se ausentar, sem licença, da unidade em que serve, ou do lugar em que deve permanecer, por mais de oito dias.